

**AFRICAN UNION**

**الاتحاد الأفريقي**



**UNION AFRICAINE**

**UNIÃO AFRICANA**

---

Addis Ababa, Ethiopia

P. O. Box 3243

Telephone: 5517 700

Fax: 5517844

Website: [www.au.int](http://www.au.int)

---

**CONSELHO EXECUTIVO**

**Vigésima Nona Sessão Ordinária**

**10 - 15 de Julho de 2016**

**Kigali, RUANDA**

**EX.CL/962(XXIX)**

*(Não foi traduzido pelo DCMP)*

**PROJECTO DA POSIÇÃO COMUM AFRICANA SOBRE HABITAT III**

## PROJECTO DA POSIÇÃO COMUM AFRICANA SOBRE HABITAT III (CAPH3)

**NÓS**, Ministros Africanos de Habitação e Desenvolvimento Urbano, tendo reunido em **Abuja, Nigéria, na data 24 de Fevereiro de 2016**, como um sub-comité de Desenvolvimento Urbano e Povoações Humanas do Especializado Comitê Técnico da União Africano sobre Serviço Público, Governo do Município, Desenvolvimento Urbano e Descentralização **adoptamos** esta Posição Comum Africana sobre a Terceira Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (HABITAT III), que se realizará em Quito, Equador, em Outubro de 2016.

**RECONHECEMOS** progressos realizados na promoção da Agenda de povoação humana desde da convocação de Conferência de Hbitat I em Vancouver, Canadá, em 1976 e Conferência de Habitat II, realizada em Istambul, Turquia, em 1996, e a necessidade de fazer acompanhamento deste progresso.

**RECONHECEMOS AINDA QUE**, apesar dos progressos realizados, existem muitos desafios, que precisam ser abordados urgentemente. Além disso, existem desafios novos e emergentes para povoações urbanas humanas sustentáveis que precisam os nossos esforços colectivos para efectivamente resolvê-los.

**CONSIDERAMOS** a Conferência de Habitat III como uma oportunidade única para o mundo chegar ao acordo sobre Nova Urbana e Agenda de Povoação Humana sobre os resultados da Habitat II e Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na abordagem dos problemas não resolvidos dos ODM, particularmente o objectivo de habitação adequada para todos e que a África deve aproveitar a oportunidade de se envolver plenamente à comunidade global na criação da Nova Agenda Urbana em conformidade com esses acordos internacionais, incluindo Agenda da União Africana 2063.

**RECORDAMOS** todas as resoluções pertinentes ao Conselho de Administração de Habitat e da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a convocação da Conferência III de Habitat e outros resultados das principais conferências das Nações Unidas e cimeiras sobre campos económicos, sociais e ambientais, incluindo os resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável e Agenda de Acção de Addis Abeba sobre Financiamento para o Desenvolvimento como contribuições importantes na definição da Nova Agenda Urbana.

**TAMBÉM RECONHECEMOS** as potenciais contribuições da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável particularmente a Meta nº 11 e do Acordo Climático de Paris à Convenção do Enquadramento das Nações Unidas sobre Mudança Climática em contribuir para a Nova Agenda Urbana.

**TAMBÉM TOMAMOS NOTA** do parágrafo nº 44, relativo ao desenvolvimento urbano sustentável da Declaração de Dakar da 15ª Conferência de Chefes Africanos de Estado e

Governo dos países que utilizam Francês como uma língua comum, que foi realizada no data 29 à 30 de Novembro de 2014.

**AINDA TOMAMOS NOTA** das amplas consultas que tiveram lugar entre as várias sub-regiões, com as partes interessadas dentro de nossos respectivos países, e entre nós como Ministros da Habitação e Desenvolvimento Urbano desde 2005; e mais significativamente entre os nossos Chefes Africanos de Estado e Governo que forneceram orientações sobre a visão para o desenvolvimento da África, assim como adoptou uma posição colectiva sobre o futura agenda de desenvolvimento global.

**CONSIDERAMOS** o desenvolvimento do Relatório Africano sobre Habitat III pelo ECA, e reafirmamos o nosso apelo ao documento para reflectir os nossos relatórios nacionais, em termos de progresso, oportunidades, novos desafios e nova visão para criar uma compreensiva Agenda Urbana.

**REAFIRMAMOS** os princípios que concordamos em N'Djamena que a Agenda Urbana Africana deve ter o domínio e feito por África, informada por realidades Africanas e baseadas em prioridades actuais da África, bem como as necessidades futuras; ser implementável e os resultados focados, com prestáveis claramente definidos e um plano de acção; e que deverá estar nos relevantes compromissos regionais existentes e globalmente acordados documentos sobre urbanização e povoações humanas sustentáveis.

**REAFIRMAMOS** a necessidade urgente de fortalecer o potencial transformador de urbanização nas suas várias facetas para facilitar a redução da pobreza em todas as suas formas e desigualdade, bem como conseguir uma África inclusiva, integrada, próspera, estável e pacífica, impulsionada por seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena global.

**BEM-VINDA** a Iniciativa Presidencial sobre a Agenda Urbana Africana e Programa de Fortalecimento das Parcerias sob UN-Habitat e convidar Chefes Africanos de Estado e Governo apoiar a iniciativa.

**CIENTES** da necessidade de reforçar a ONU-Habitat para torná-la politicamente visível, como um actor-chave na mobilização de todos os intervenientes, estatais e não-estatais na implementação do componente urbano e povoações humanos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

**REAFIRMAMOS** a continuidade da relevância dos duplos objectivos da Agenda Habitat nomeadamente habitação adequada para todos e povoações humanas sustentáveis num mundo urbanizado, e reafirmar que todas as suas aspirações não foram totalmente satisfeitas, principalmente em função dos desafios enfrentados na implementação da Agenda Habitat, incluindo acesso limitado a financiamento habitacional, terreno e serviços básicos, assim como a contínua expansão de favelas e povoações informais.

**RECONHECEMOS** a natureza multi-sectorial da urbanização e o desenvolvimento das povoações humanas e a necessidade de adoptar uma abordagem integrada e holística na

criação de colaborações, parcerias e alianças com os departamentos relevantes do governo e instituições, bem como o envolvimento com as partes interessadas relevantes, incluindo a sociedade civil, nomeadamente, privados sectoriais, organizações locais, mulheres, jovens, pessoas com deficiência, universidades, a media para facilitar a prestação, financiamento, acompanhamento e avaliação da Nova Agenda Urbana.

**NOTAMOS** os esforços actuais para aumentar as energias criativas do sector informal, bem como consolidar os diversos bens humanos e físicos acumulados e embutidos dentro por meio da participação, acesso e capacitação, especialmente de mulheres, jovens e pessoas em situação de vulnerabilidade.

**RECONHECEMOS** a centralidade e a importância do terreno para o desenvolvimento socio-económico sustentável da África e comprometendo-se a fortalecer todo o potencial da dinâmica do investimento do terreno, tais como sistemas modernos de registo de propriedade, captura de valor do terreno, receita terrestre para promover a inclusão e crescente base de recursos financeiros, bem como melhorar a transformação estrutural da África.

**RECONHECEMOS** que isso implica cooperação, colaboração e diálogo entre os respectivos departamentos e instituições para criar programas e políticas governamentais cuja implementação deve ser apoiada por actores estatais e não-estatais.

**REAFIRMAMOS** que o processo de urbanização, e o potencial embutido dentro, apresenta uma oportunidade inestimável para a África para realizar a transformação estrutural económica, social e territorial, aproveitando o dinamismo emergente resultante do dividendo urbano fornecido pela expansão e movimento de populações, resultando em aglomerada urbana e concentração e reconhecemos que as transformações institucionais, culturais, económicas e políticas podem contribuir para avanços importantes na experiência urbana para diversas comunidades da África.

**AINDA REAFIRMAMOS** a importância de continuar a reforçar a política e quadro institucional e capacidade de manejar a urbanização e povoações humanas como um componente-chave da transformação estrutural em África.

**RECONHECEMOS** a complementaridade e as ligações simbióticas entre áreas urbanas e rurais, que existem como uma continuidade, impulsionados pela dinâmica global de urbanização.

**RECONHECENDO** ainda que a pobreza também é um factor que contribui para urbanização em África.

**TOMAMOS NOTA** do documento de base técnica considerado pela Reunião do Grupo de Peritos (RGP) que informou a criação desta Posição Comum.

**REAFIRMAMOS** os seis princípios fundamentais subjacentes à perspectiva Africana ao resultado do Habitat III, acordado em Nairobi na data 13 de Abril de 2015.

**DECIDIMOS** prosseguir uma ambiciosa nova e transformadora Agenda Urbana e Povoações Humanas baseando nos seguintes pilares:

**Pilar 1: Fortalecer o Potencial de Urbanização para Acelerar a Transformação Económica Estrutural e Crescimento Inclusivo por:**

- promover a urbanização de favelas para fornecer posse segura, infra-estruturas, serviços básicos e infra-estruturas sócio económicas para abordar exclusão, pobreza, saúde, segurança e melhor qualidade de vida;
- comprometer recursos financeiros adequados nos sectores urbanos produtivos para o planeamento e gestão nas áreas urbanas, o investimento em infra-estrutura e serviços básicos para o desenvolvimento de povoações humanas e provisão de habitações decentes e acessíveis especialmente para os segmentos de baixo rendimento;
- promover o crescimento económico inclusivo, que interpreta a criação de emprego decente, bem como melhores condições de vida para todos;
- promover a conectividade entre áreas rurais e urbanas para aumentar todo o potencial da ligação rural e urbana;
- transformar as economias urbanas em alta produtividade e actividades de valor acrescentado;
- promover o planeamento e investimento para sistemas de mobilidades urbanas sustentáveis que ligam as pessoas, lugares e oportunidades económicas;

**Pilar 2: Ligação de Sustentabilidade Urbana e Desenvolvimento de Povoações Humanas com a Resiliência, através de:**

- promover a resiliência das povoações humanas, incluindo a resiliência social e económica, ao longo do contínuo desenvolvimento rural-urbano, e reforçar as ligações rural-urbanas;
- adopção e domesticação das Directrizes Internacionais sobre o eficaz Planificação Territorial e uso do terreno;
- parcerias activas com o sector privado como agentes de desenvolvimento do terreno, para o bem maior público nas povoações humanas;
- aumentar a escala de programas participatórias de melhoramento da urbanização e prevenção de favelas;

- reforço da capacidade institucional e melhorá-lo onde existe para a segurança urbana, a resiliência e gestão do risco de desastres, reconhecendo que as áreas urbanas são particularmente vulneráveis aos riscos das mudanças climáticas;
- instalação de sistemas de alerta precoce e observatórios urbanos para a gestão de risco de desastres e mitigação;
- preservar os ecossistemas e proporcionando espaços públicos urbanos seguros e inclusivos;
- abordar a poluição urbana, promovendo a utilização de energia renovável, o uso de materiais de construção de baixa energia incorporada, e melhorar a gestão dos resíduos/lixos;
- uma inovação na concepção, implementação e manutenção de povoações humanas sustentáveis e resilientes;
- Integração das medidas de mitigação em todos os ciclos de projecto, a fim de reduzir o impacto de catástrofes nas pessoas em situação de vulnerabilidade;

**Pilar 3: Melhorar Desenvolvimento Urbano Povo-Centrado e Povoações Humanas, através de:**

- prestação de serviços básicos a todos para o desenvolvimento inclusivo sustentável urbano e humano;
- integrar a igualdade de género empoderar as mulheres no desenvolvimento urbano;
- adopção de abordagens participativas impulsionado comunitário ao desenvolvimento das povoações humanas que se originam a partir da identificação das necessidades dos residentes, e reconhece e baseia-se no capital social, inovação e recursos dos residentes;
- garantir a segurança nas povoações humanas;
- facilitar o acesso aos serviços urbanos e habitação para migrantes e refugiados como parte do desenvolvimento integrado e inclusivo a comunidade;
- promoção de quadros de consulta entre todas as urbanas e Povoações Humanas e partes interessadas, bem como promover a abordagem participativa na implementação do projecto urbano;
- garantir a acessibilidade à habitação e serviços urbanos básicos para todos, incluindo as pessoas em situações vulneráveis, como pessoas com deficiência, crianças e idosos.

**Pilar 4: Fortalecimento das Instituições e Sistemas para a Promoção da Mudança Transformadoras nas Povoações Humanas através de:**

- adopção de políticas integradas urbanas e nacionais, incluindo a revisão dos currículos de planeamento de acordo com a Resolução das ONU Habitat 25/6 sobre as Orientações Internacionais para Planeamento Urbano e Territorial e mais integração urbanizacional nos processos de planeamento do desenvolvimento nacional;
- apoio ao planeamento de preferência espacial e programática como um mecanismo eficaz para responder à rápida urbanização e para dirigir o desenvolvimento de povoações humanas sustentáveis;
- promover eficaz gestão urbana descentralizada através da capacitação técnica e financeiramente as autoridades locais ao enfrentar o desafio da rápida urbanização, a nível local e para fornecer habitação adequada e povoações humanas sustentáveis;
- o reforço da governação urbana através da criação dum ambiente propício para a prestação de serviços eficientes e eficazes, abrangindo as legislações e regulamentos apropriados, instituições funcionais e alocação adequada das finanças públicas entre os níveis locais e nacionais;
- desenvolvimento de bons regulatórios de políticas sólidas e potenciar as receitas de terreno, para melhorar a boa governação do terreno, melhorar a equidade de género e assegurar a equidade e sustentabilidade urbana.

**Pilar 5: Aumentar a Contribuição do Desenvolvimento Urbano e Povoações Humanas ao Processo de Integração Continental por:**

- promoção de sistemas de planeamento e gestão sustentável das cidades de fronteiras e corredores urbanos dentro e nas fronteiras internacionais;
- expansão de programas de desenvolvimento espacioso continental, assim como infra-estruturas regionais e inter-regionais, instalações e iniciativas que promovem a interacção cruzante nas fronteiras e bens urbanos e povoações humanas.

**Pilar 6: Aumentar a Competitividade Global da África através do Desenvolvimento Urbano e Povoações Humanas por:**

- promover a especialização entre as principais cidades da África, com visão de maximizar a adição de valor do continente;

- promover cidades inclusivas como articuladas na Agenda Africana 2063 através de sensibilização e alcance;
- se esforçando para promover a sinergia estratégica e forjar no quadro da integração do continente, uma rede dinâmica de povoações urbanas e humanas que são competitivas na plataforma global;
- desenvolvimento de boas cidades com sistemas urbanos melhorados para melhor funcionalidade, eficácia e prestação eficaz de serviços básicos urbanos e infra-estrutura;

**Pilar 7: Reforçar a Sustentabilidade Ambiental e a Eficácia a Reacção à Mudança Climática nas Povoações Humanas por:**

- reforço das capacidades de reacção estratégica a adaptação às mudanças climáticas e mitigação;
- desenvolvimento de infra-estrutura para mitigar o impacto de deslizamentos do terreno, inundações, erosão costeira, a seca, bem como o aumento de calor nas povoações humanas, especialmente nas favelas e povoações informais;
- promover a criação de Verde e infra-estrutura e inovação de tecnologias, bem como a aplicação de modelos que mitigam as mudanças climáticas e adaptar-se ao seu impacto;
- promoção da utilização dos recursos energéticos renováveis e sustentáveis, bem como o investimento nos sistemas de baixa produção de carbono nos centros urbanos;
- desenvolvimento dos sistemas para a gestão sustentável dos resíduos/lixos sólidos e líquidos, incluindo a promoção do princípio da redução, reutilização e reciclagem de recursos;
- Integração das questões de mudança climática no planeamento urbano;

**Pilar 8: Instituir uma Parceria Global para a Gestão Sustentável Urbana para Facilitar a Implementação da Nova Agenda Global Urbana e Povoações Humanas em África que:**

- reconhece a importância da continuidade da implementação dos problemas não resolvidos relevantes aos ODM e Agenda de Habitat;
- reconhece a importância de abordar continuamente povoações humanas que é motor para a transformação estrutural;



- estabelece mecanismos financeiros adequados, incluindo a criação dum fundo operacional com bons recursos para facilitar a implementação da Novo Agenda Urbana e Povoações Humanas;
- fortalece as instituições e acordos existentes para a implementação;
- fortalece ONU-Habitat em Nairobi por universalizar sua organização administrativa, garantindo recursos financeiros adicionais, estáveis e predicáveis ao orçamento regular e não regular da ONU, melhorando a sua capacidade de fornecer capacitação, capacitando-a para ser uma instituição global âncora que leva e coordena todo o sistema das Nações Unidas na implementação do mandato de urbanização e povoações humanas, incluindo Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, Acordo de Paris à Convenção do Enquadramento das Nações Unidas sobre Mudança Climática e Nova Agenda Urbana;
- **obriga nossos negociadores e interlocutores engajar-se no processo preparatório de Habitat III baseado nesta posição comum;**
- **Recomenda que essa Posição Comum Africana de Habitat III seja transmitida aos Chefes Africanos de Estado e Governo na Cimeira da UA em Julho de 2016 em Kigali, Ruanda para sua consideração.**

2016

# Consideration of the common African position on habitat III

African Union

African Union

---

<http://archives.au.int/handle/123456789/4950>

*Downloaded from African Union Common Repository*